



A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: PONTOS E PASSOS

Autor: Cleidiane de Oliveira Silva*(1)
Coautor: Débora do Nascimento Fernandes de Alencar(2)
Coautor: Valda Ozeane Câmara Cassiano de Oliveira(3)
Coautor: Renata Cláudia Silva Santos de Araújo(4)
Orientadora: Prof. Dra. Paula Almeida de Castro^(*)(5)

Universidade Estadual da Paraíba-PPGFP/Email: cleidiane.oliveira@ifpi.edu.br,

Universidade Estadual da Paraíba-PPGFP/Email: deboranassi@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba-PPGFP/Email: valdaozeane@hotmail.com,

Universidade Estadual da Paraíba-PPGFP/Email: renataclaudia.pedagoga@gmail.com

Universidade Estadual da Paraíba-PPGFP/Email: castro_paula@terra.com.br

RESUMO

O presente artigo teve como finalidade fazer uma breve análise da Educação Especial no Brasil, observando os caminhos percorridos nessa modalidade de ensino, contextualizando suas conquistas e expectativas. Muitas discussões sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas passaram a ocorrer principalmente a partir da década de 90 com a emergência do paradigma inclusivo, porém é necessário rediscutir e repensar como esse processo aconteceu. A pesquisa foi de natureza bibliográfica e documental e se fundamentou em artigos científicos, dissertações, livros, textos legais e documentos oficiais. Apresentou, como suporte teórico, embasamento em estudiosos como: Corrêa (2004); Fonseca (1995); Mantoan (2002); Mazzota (2003); Oliveira(2004), entre outros. De acordo com os resultados obtidos verificou-se que o processo de inclusão de alunos com necessidades específicas no Brasil demorou a fazer parte do nosso sistema educacional e ainda muito tem para ser efetivamente alcançado. Ações particulares de pais e professores eram implementadas com a tentativa de fazer evoluir a Educação Especial no Brasil e assim

* Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Piauiense (FAP). Especialista em Docência do Ensino Infantil pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestranda em Formação de Professores pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Técnica em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

** Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2003). Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Professora Doutora de Formação de Professores da Educação Básica da Universidade Estadual da Paraíba - Centro de Educação. Orientadora de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Formação de Professores. Coordenadora Institucional do PIBID/UEPB.



possibilitar uma educação de qualidade para todos os alunos independente de suas especificidades. Com a promulgação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996 que contemplava a Educação Especial como modalidade de educação a ser ofertada especialmente em classes regulares obtivemos um avanço, entretanto devemos ir além. Muito mais que aceitar é preciso respeitar as diferenças e valorizá-las.

Palavras-chave: Educação Especial, Inclusão, Ensino.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de todos esses anos a Educação Especial no Brasil foi permeada por um longo processo de transformação histórica e política que mais tarde indicariam a evolução da mesma. Muitas conquistas foram alcançadas, porém vários momentos de discriminação e preconceito foram vivenciados por muitas das pessoas especiais que ajudaram a construir a história da Educação Especial brasileira.

Inicialmente, o atendimento à diversidade era oferecido somente por instituições de iniciativas pessoais e privadas e as classes especiais surgiram apenas como alternativa de conseguir separar os alunos “normais” dos “anormais”. Não havia preocupação com essa classe até que pouco a pouco foi surgindo interesse nessa área.

Por isso é necessário fazer um breve percurso sobre como se deu o processo de evolução da Educação Especial no Brasil. Assim será possível compreender como ocorreu de fato a caminhada dessa modalidade de Educação em nosso país.

A Educação Especial no Brasil foi muito tempo definida como uma assistência dada aos alunos com deficiência. Essa deficiência não tinha uma finalidade educativa. O processo educativo, na visão de muitos, era considerado inviável e até mesmo impossível. O que acontecia era apenas um atendimento clínico. A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade (Mazzotta, 2005, p. 12).

Ainda convém ressaltar que o desconhecimento sobre as deficiências contribuiu para que esse segmento da sociedade fosse marginalizada, impedindo que estabelecessem uma vida social, a comunicação e até mesmo um simples diálogo.



A Europa foi a pioneira em atendimentos educacionais às pessoas com deficiências. Esses atendimentos foram ampliados alcançando os Estados Unidos e o Canadá e em seguida diversos países, entre eles o Brasil.

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA

A partir do século XIX, no Brasil, começaram a surgir grupos assistenciais para atender pessoas que apresentavam deficiências como a cegueira e a surdez, mas somente em meados do século XX teve início o atendimento educacional a essas pessoas. Assim, Mantoan(1998) divide a história da Educação Especial brasileira em três períodos. Cada período é referenciado por ações concretizadas em cada época: 1854 a 1956- ações de iniciativa privada; 1957 a 1993- ações de âmbito nacional e 1993 até os dias de hoje-ações em favor da inclusão.

Primeiramente, em 1854, foi fundado por D. Pedro II o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, na cidade do Rio de Janeiro. Três anos mais tarde, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que logo depois foi denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que atendia meninos surdos que possuíam entre sete e quatorze anos de idade.

Essas instituições objetivavam oferecer o que havia de melhor em termos de educação para cegos e surdos naquela época, e em decorrência disso, em 1883, ocorreu o 1º Congresso de Instrução Pública que colocava em questão o currículo e a formação de professores para cegos e surdos.

A partir de 1900 foram surgindo indicadores que mostravam o interesse da sociedade em relação às pessoas que apresentavam necessidades educacionais específicas e, tal fato provocou o crescimento do número de trabalhos científicos e técnicos, assim como a realização de congressos e a criação de estabelecimentos de ensino tanto públicos como privados direcionados a esse público.

Ao contrário do que muitos pensam a luta pelo desenvolvimento e evolução da Educação Especial no Brasil não é tão recente. Há algum tempo já se articulam serviços que atendem às pessoas com deficiência. No entanto, a preocupação efetiva referente ao setor educacional só foi ocorrer anos mais tarde.

Entre 1957 e 1993 passaram a surgir iniciativas oficiais nacionais relacionadas ao atendimento educacional. O governo federal criou campanhas com esse objetivo, sendo que a



primeira campanha estava voltada para a Educação do Surdo Brasileiro de acordo com o Decreto Federal nº. 42.728, de 03 de dezembro de 1957, tendo sido instalada no INES. Anos depois, José Espíndola Veiga criou a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão, que foi atrelada ao instituto Benjamin Constant no Rio de Janeiro.

No mesmo estado, outra campanha ocorreu seis anos mais tarde, apoiada pelo Ministro da Educação e Cultura da época, Pedro Paulo Penido, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais que tinha por finalidade promover nacionalmente a educação, o treinamento, a reabilitação e a assistência educacional às crianças com deficiência mental.

Em 1971, foi aprovada a lei de nº. 5.692 que previa em seu artigo 9º um tratamento especial aos “excepcionais” e, a partir daí, varias ações foram desenvolvidas com o intuito de implantar as novas diretrizes e fases para o ensino fundamental e médio. Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial - CENESP, com o objetivo de promover nacionalmente a expansão e a melhoria do atendimento aos alunos com necessidades educacionais específicas. Com a criação desse centro foram extintas a Campanha Nacional de Educação de Cegos e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, e todo o seu acervo foi repassado para a CENESP juntamente com o IBC e o INES.

Em outubro de 1975, o Ministro Ney Braga aprova o órgão CENESP que já possui uma independência administrativa e financeira. Passado alguns anos, em 1986, este centro é transformado na Secretaria de Educação Especial - SESP, mas mantém a mesma estrutura e competência do CENESP, porém sua localização é transferida do Rio de Janeiro para Brasília. Em 15 de março de 1990, a SESP é extinta e as atribuições da Educação Especial passam a ser da Secretaria Nacional de Educação Básica – SENEb, passando o IBC e o INES a serem vinculados a esse novo órgão.

A educação especial, após 1950, foi marcada por inúmeras estruturas administrativas. Se, em um primeiro momento, o serviço responsável pela Educação Especial era uma coordenação, logo a seguir passa a ser um centro e depois um departamento, até se tornar uma secretaria. Em cada mudança, há implicações funcionais, financeiras e de competências educacionais. (CORRÊA, 2004, p. 48).

Mesmo com todas essas mudanças é impossível pensar no avanço da Educação Especial no Brasil sem o apoio da Legislação e das Políticas Públicas, uma vez que se faz necessário saber quais direitos são garantidos, o que compete a cada um, de modo que se possa avaliar de maneira coerente a construção de uma sociedade inclusiva.



A Educação Especial tem como fundamento a Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Os capítulos que a amparam são o Capítulo II – Da União em seu Art.23 que afirma que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] II. cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Capítulo III – da educação, da cultura e do desporto - Seção I – Da educação:

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante à garantia de: [...] III. atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Política Nacional de Educação Especial também tem como objetivo criar condições que contribuam para o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais específicas.

O Brasil, desde 1961, garante educação de alunos deficientes na rede comum de ensino e, em 1996, reforçado pela Declaração de Salamanca (1994) também preconiza atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades educacionais específicas, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 2001 foi aprovado o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que atentava para a constituição de escolas inclusivas publicas indicando que a educação especial deve ocorrer tanto nas escolas publicas como nas privadas da rede regular de ensino.

Assim podemos perceber que o Brasil está no aspecto geral compromissado com as condições e qualidades de ensino das pessoas deficientes, porém em outros momentos o que prevalece é o aspecto quantitativo, ou seja, de resultados, pois as ações são realizadas com o intuito de justificar os compromissos assumidos no âmbito internacional, como por exemplo, com a Declaração de Salamanca firmada com a Organização das Nações Unidas - ONU, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e o Banco Mundial.

A finalidade desse documento é garantir legalmente que os alunos com necessidades educacionais específicas sejam incluídos em toda a Educação Básica, sendo necessário que as instituições educativas se estruturam tanto no que diz respeito à infra-estrutura física, quanto curricular, isto é as escolas devem se preparar para receber ampla variedade de alunos.

Também é essencial enfatizar que, em 2003, o Ministério da Educação deu origem ao “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, que tem como prioridade transformar as



unidades educativas em unidades inclusivas promovendo a formação de gestores e educadores nas cidades do Brasil.

As escolas regulares com orientação para educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate as atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 09 apud STOBÄUS; MOSQUERA, 2003, P.21).

Com isso o número de alunos com necessidades educacionais específicas em escolas públicas decresceu e as instituições privadas passaram a conter quase 50% de toda a educação especial do país, visto que apresentavam condições superiores de escolaridade às das escolas publicas.

Em 2005 são organizados centros de referências para os alunos com altas habilidades e superdotação. Esses centros passam a ser implantados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal como o objetivo de orientar famílias e promover a formação continuada para garantir o acesso e a permanência desses alunos na rede pública de ensino. Já em 2007 é lançado o Plano de Desenvolvimento Educacional (PDE) que busca por meio de eixos superar a dicotomia entre educação especial e educação regular.

Apesar dos avanços, ainda vivemos um momento de tensão nessa área da Educação. Em 2011, o Ministério da Educação promoveu a extinção da SEESP e a diluição dos seus cargos na SECADI- Secretaria de Alfabetização Diversidade e Inclusão. Podemos assim perceber que a Educação Especial volta a ocupar uma posição secundária o que a totalidade dessa secretaria pode se tornar um grande vazio.

3 PARADIGMAS

Durante a trajetória da Educação Especial brasileira surgiram paradigmas que permearam a sua história. É necessário enfatizar que nenhuma corrente se encerra com o surgimento de outra, elas existem concomitantemente de diferentes maneiras nas redes educacionais do nosso Brasil, visto que constituem um longo processo que paulatinamente foi sendo modificado com o intuito de fazer evoluir em todos os aspectos essa modalidade da Educação.

Na década de 70, surgiu o Modelo Médico ou Clínico, no qual a Educação Especial era voltada para um viés totalmente terapêutico e qualquer deficiência era vista como uma doença



crônica que deveria ser “tratada” em instituições especializadas baseadas em terapias, acompanhadas por fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos e etc. Não existia um enfoque educacional. Se os indivíduos apresentassem doenças cognitivas e sensoriais mais severas seu direito ao ensino não era sequer cogitado, uma vez que era considerado um processo muito difícil e até mesmo impossível, ou seja, não havia expectativas quanto à inserção e evolução acadêmica e cultural dessas pessoas.

Esse modelo, contudo, levou os médicos a perceberem que o acesso à educação era essencial para essas pessoas, o que possibilitou um primeiro olhar para as instituições de ensino e, conseqüentemente, para o processo de escolarização. Houve então a chamada institucionalização da Educação Especial, em que o sistema educacional visava garantir o acesso das pessoas com deficiência às escolas, que até então se encontravam separadas/afastadas do sistema de ensino.

O Modelo Clínico saía de cena e dava lugar ao Modelo Educacional que em sua teoria defendia a possibilidade de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais específicas e afirmava que o meio é que deveria ajustar-se para promover uma transformação nesse sentido.

Como já foi mencionado anteriormente, contudo, esses fatos não significavam a total extinção do Modelo Médico. Ainda permaneciam serviços que privilegiavam fortemente o atendimento clínico ou terapêutico, porém é notório que a partir dessa mudança de visão, começou a surgir uma integração e participação social que antes não existia e que resultou no início dos anos 80, em um novo paradigma denominado Integração, cujo principal princípio era o da Normalização. Essa corrente defendia a premissa básica de que as pessoas com deficiência podiam atuar em atividades de cunho social, educacional e de lazer comuns às pessoas ditas normais.

Com o advento desse paradigma surgem questionamentos a respeito do modelo segregado de Educação Especial existente na época. Alternativas foram procuradas a fim de que os alunos especiais pudessem ser inseridos na rede regular de ensino como recomenda o artigo 28 da Constituição Federal de 1988, ou seja, essa clientela passaria a ser integrada ao sistema educativo nas classes especiais, dando início ao paradigma da Integração.

Esse novo paradigma caracteriza-se, como o próprio nome já diz, pela integração do aluno com necessidades educacionais específicas nas classes comuns, porém observou-se que essas pessoas apesar de integradas encontravam-se segregadas dentro das salas de aula. Elas estavam presentes na sala, mas de maneira isolada constituindo um único grupo separado das demais pessoas. Eram absorvidas e acolhidas pelo sistema, mas não estavam incluídas, pois formavam uma



parcela à parte. E o conceito de Integração passou então a ser considerado ultrapassado, visto que tinha como base um atendimento especializado e segregativo alicerçado no modelo médico da deficiência no qual o aluno com necessidades educacionais específicas para ser incluído no sistema regular de ensino deveria se adaptar, ou seja, se modificar para poder ser aceito.

Assim, Mantoan (1998) define a Integração escolar como uma maneira de inserção onde o aluno é o responsável pela sua própria adaptação ao sistema escolar, independente de serem classes especiais, comuns ou até mesmo instituições especializadas. O sistema não muda, mas sim os indivíduos que querem estar dentro dele.

Com um grande descontentamento por parte dos interessados, a partir da década de 90 percebeu-se a necessidade de ir além em relação a esse processo. E, em contraposição ao paradigma da Integração, surge então o paradigma da Educação Inclusiva que se caracteriza por propor que aluno e professor se encontrem verdadeiramente dentro do sistema de ensino, no qual a escola deve se mostrar apta a propor um projeto político-pedagógico, currículo, avaliação e atividades especializadas voltadas para a diversidade, pois dentro de um sistema escolar em que o ensino e a aprendizagem são válidos e ativos a heterogeneidade é valorizada em detrimento da homogeneidade, ou seja, as ações pedagógicas devem ser direcionadas e atingir positivamente a todos. No entanto, é notório que todas essas ações constituem parte de um processo que exige um redimensionamento para que os planos escolares, recursos e diretrizes sejam fatores positivos à Inclusão.

O ensino inclusivo não pode ocorrer espontânea ou prontamente. Entretanto, é um objetivo rumo ao qual todos os sistemas podem dirigir-se. As mudanças que precisam ocorrer para a realização do ensino inclusivo não devem ser vistas apenas como pré-requisitos. Não podemos esperar, antecipadamente, ter todos os componentes em seus lugares. Algumas coisas terão que vir com o tempo. As mudanças envolvem muitos níveis do sistema administrativo, incluindo a estrutura do setor central de educação, organização de cada escola e a didática da sala de aula. O papel do diretor é importante [...] e os diferentes níveis do pessoal administrativo estão envolvidos (SAGE, 1999, p.129).

Alguns autores, como por exemplo, Mazzota e Jannuzzi, afirmam que na verdade a Educação Inclusiva não surgiu nos anos 90, mas sim evoluiu, pois passava por um processo de transformação e avanços que resultou nesse novo princípio educacional para alunos especiais.

É necessário salientar que esse progresso foi impulsionado principalmente por dois encontros internacionais: a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien (Tailândia) em 1990 e a Conferência Mundial de Educação Especial em Salamanca (Espanha) em 1994.



Todos nós somos responsáveis pela transformação do paradigma da Inclusão do discurso para a prática. A deficiência é considerada por muitos uma diferença e, na verdade, é. Uma diferença que não pode ser disfarçada, nem negada. É fundamental que haja resistência ao preconceito e às muitas formas de marginalização que as pessoas com necessidades educacionais vêm sofrendo principalmente no setor educativo. Assim Mantoan enfatiza:

A inclusão é um conceito que emerge da complexidade, dado que a interação entre as diferenças humanas, o contato e o compartilhamento dessas singularidades compõem a sua idéia matriz. [...] (MANTOAN, 2002, p.86)

As instituições de ensino juntamente com a sua equipe devem propor uma ação conjunta (metodologia) que promova todos os alunos, independente de suas limitações, e o desenvolvimento de suas potencialidades, pois somente dessa forma será possível consolidar o processo de inclusão e assim efetivar com êxito o ensino e a aprendizagem.

É essencial frisar que o processo escolar deve estar adequado à diversidade e que apesar de a tarefa de ensinar ser uma missão bastante complexa, essa realidade não pode ser mudada e nem mascarada. A Inclusão é na verdade um desafio, porém um desafio possível e atingível, mas que necessita de um leque de transformações relativas ao sistema educacional. Muitas barreiras já foram ultrapassadas, mas ainda existem muitas que se tornam obstáculo à inclusão. Dessa forma Silva (2006) explana que a Educação Inclusiva é baseada especificamente no respeito e na diversidade que se transforma em alternativas para que os sistemas educacionais possam violar para sempre com as distintas formas de exclusão educacional.

Além disso, faz-se necessário que as estruturas educacionais, ou melhor, toda a sociedade aceite e admita as diferenças existentes entre as pessoas, pois a diversidade e a heterogeneidade sempre existirão independente da presença dos alunos com necessidades educacionais específicas. A sociedade é heterogênea e são múltiplas as suas faces e os alunos especiais constituem apenas um grupo em meio à heterogênea população de nosso país e do mundo.

A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar a agir no sentido inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando “aqueles que não aprendem como os outros”, sob a pena de negar a si própria. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a adaptar-se às exigências escolares, mas sim o contrário. Efetivamente, a escola, ou melhor, o sistema de ensino, não pode persistir excluindo sistematicamente as crianças deficientes, estigmatizando-as com a desgraça, rotulando-as com uma doença incurável ou marcando-as com um sinal de inferioridade permanente (FONSECA, 1995, p. 202).



A escola constitui o lócus de maior importância em questão de interação e aprendizagem não só dos alunos especiais. É essencial que este ambiente seja totalmente favorável e preocupado com os aspectos qualitativos, pois isto é um fator imprescindível para que a inclusão ocorra e para que os alunos possam ser capazes de desenvolver ainda mais as suas potencialidades.

4 METODOLOGIA

O presente estudo teve como fundamento a pesquisa bibliográfica e documental. Para que qualquer pesquisa seja realizada é imprescindível ter um maior esclarecimento acerca da temática e os dois tipos de pesquisa nos possibilita essa inserção no campo da discussão. Enquanto a pesquisa bibliográfica nos traz como fontes materiais já elaborados como livros, artigos, dissertações etc, a pesquisa documental nos dá como fontes de dados tabelas, jornais, revistas, documentos oficiais, filmes, relatórios entre outros.

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2009, p. 45).

Ainda convém ressaltar que alguns estudiosos elencam alguns passos determinantes para se realizar uma pesquisa documental. Ribeiro (2015) afirma que é necessário delimitar o problema e a partir daí os objetivos; escolher os documentos, acessá-los e analisá-los para finalmente redigir o texto.

A pesquisa bibliográfica e documental contribuíram para que uma breve análise da Educação Especial brasileira, objetivo deste estudo, fosse realizada. Foi necessária uma leitura aprofundada de diversos documentos oficiais e bibliográficos que desenhavam a história dessa modalidade de Educação em nosso país. Estudiosos como Mazzotta(2011), Mantoan(1998, 2003), Corrêa(2004) entre outros subsidiaram toda a pesquisa e colaboraram para a finalidade pretendida.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação de qualidade para todos é o grande objetivo da Educação na perspectiva inclusiva que defende a heterogeneidade como um aspecto positivo para o crescimento intelectual, social e cultural de todos os indivíduos.

Com a difusão da Declaração de Salamanca em 1994 esta proposta ganhou ainda mais força e a Educação Especial teve o seu papel redimensionado propondo uma nova postura da escola e de seus membros, ou seja, a inclusão vai muito mais além que uma transformação na estrutura física, ela requer uma mudança no projeto político-pedagógico, na avaliação, no currículo, na metodologia e por consequência no professor que é o grande agente mediador de todo esse processo.

Definir o termo “inclusão” não é tarefa complexa, mas necessária, pois esse novo paradigma implica muitas mudanças e reflexões no sistema educacional que tem que ser reconhecidas por todos. Uma dessas mudanças é a formação de professores que deve estar apta a capacitá-los a trabalhar para a diversidade.

Seria imprescindível que as escolas promovessem uma adaptação em toda sua estrutura, principalmente em relação aos professores, visto que eles possuem um papel extremamente relevante e significativo na consolidação desse processo e por não se sentirem capacitados acabam desenvolvendo mal o seu trabalho e colocando esses fatores como obstáculos à inclusão, embora se mostrem positivos a esse processo. Dessa forma durante todo o ano letivo seria ideal as instituições escolares promoverem cursos de capacitação e qualificação, levando os professores a conhecer mais sobre as necessidades de seus alunos e assim facilitar a aprendizagem dos mesmos.

Uma escola inclusiva deve proporcionar um ambiente igualitário e uma educação de qualidade a todos e com certeza professor capacitado pode desenvolver em sua sala de aula, atividades que favoreçam a aprendizagem de todos seus alunos.

A Educação Especial no Brasil vem sofrendo inúmeras transformações. Transformações essas que ora indicam o progresso, ora indicam o retrocesso. É indispensável que as políticas públicas no âmbito da educação inclusiva promovam o debate, a discussão a fim de que o planejamento nessa área da Educação envolvam os principais atores desse processo: alunos e professores. Não basta implementar é preciso dialogar intensamente para construir uma educação de qualidade para todos, garantindo não só o acesso, mas o sucesso e a permanência.



REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF. Senado 1988.

BRASIL, Conselho Nacional da Educação. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica

CORRÊA, Maria Ângela Monteiro. **Educação Especial**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2004.

FONSECA, Vítor da. **Educação Especial: Programa de estimulação precoce - uma introdução às idéias de Feuerstein**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensino inclusivo/educação(de qualidade) para todos**. Revista Integração, nº 20, p. 29-32, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. (coleção cotidiano escolar).

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, imaginários e representações na educação especial: A problemática ética da “diferença” e da exclusão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

SAGE, D.D. **Estratégias práticas para a comunicação com todos os alunos**. IN:STAIMBACK, Susan; SAIMBACK, William(orgs.) **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SILVA, Adilson Florentino da. **A Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: MEC, 2006.